

ASPECTOS DO ABASTECIMENTO DO TOMATE NO BRASIL

Eloisa Elena Bortoleto
Lidia Hatue Ueno

A nível de Brasil, os dados disponíveis na área sobre produtos hortigranjeiros são muito escassos, além de pouco seguros, principalmente quando comparados com outros grupos de produtos agrícolas.

Neste sentido, foi muito importante a pesquisa realizada pelo IBGE, em 1975, sobre consumo e gasto familiar, a nível de país.

Foi observado neste trabalho que, no Brasil, a participação do grupo olerícolas foi de 61% do total de hortigranjeiros "in natura" (olerícolas, frutícolas e ovos) consumidos, sendo a participação do tomate fresco de 5,7%, apenas inferior à da batata (12%) e mandioca (6,1%) (quadro 1).

A nível regional, observou-se que a região III (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) apresenta o maior consumo de olerícolas por comensal/ano; porém, a mesma é composta por três estados, o que pode levar à conclusão de que o Rio de Janeiro (62kg/comensal/ano) é o maior consumidor desses produtos, seguindo-lhe São Paulo (59,3kg/comensal/ano).

Fazendo-se uma análise mais pormenorizada, nota-se que a região III apresenta consumo elevado para olerícolas, em consequência de alta participação de batata e mandioca (25,4 e 15,8kg/comensal/ano, respectivamente). O Rio de Janeiro apresenta um maior peso que São Paulo, devido a um maior consumo de batata, cenoura, abóbora e chuchu.

O tomate é mais consumido no Estado de São Paulo (8,9kg/comensal/ano) vindo a seguir o Distrito Federal (8,2kg/comensal/ano) e Estado do Rio de Janeiro (8,1kg/comensal/ano). Para o Brasil, chega-se à média de 5,4 comensal/ano de tomate.

A produção nacional em 1978, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE), foi de 1.452 mil toneladas, estimando-se que 450 mil toneladas de tomate foram industrializadas, o que representa 31% do total produzido. O restante foi destinado ao consumo "in natura", sendo que aproximadamente 68% passaram pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) e pelo Entrepasto Terminal de São Paulo (CEAGESP).

A construção de Centrais de Abastecimento em quase todos os Estados vem facilitando o comércio de hortigranjeiros em maior escala, afastando os comerciantes que trabalhavam com pequenos volumes e altos custos. Por outro lado, a urbanização dos grandes centros e a especulação imobiliária têm contribuído para afastar os produtores para locais mais distantes, agravando os gastos com transporte.

No quadro 2, encontra-se o volume de tomate transacionado nos mercados atacadistas do SINAC e CEAGESP, segundo origem e destino, para o ano de 1978.

QUADRO 1. - Consumo de Hortifrutigranjeiros In Natura no Brasil, por Comensal/Ano em Qui-
logramas, por Região, Agosto de 1974 a Agosto de 1975

Produto	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII Brasil
Hortigranjeiro in natura	108,1	105,4	111,7	81,7	85,1	87,0	69,6	94,2
Olerícolas	62,0	59,3	82,7	51,7	49,5	47,5	36,4	57,6
Alface	1,2	2,6	1,5	1,0	0,2	1,5	0,8	1,2
Couve	1,2	1,2	1,1	2,1	0,1	0,7	0,6	0,9
Couve-flor	0,6	0,5	0,3	0,1	0,0	0,3	0,1	0,2
Repolho	2,4	1,9	4,3	1,5	0,3	1,5	1,1	1,8
Cheiro verde, coentro, etc.	0,4	0,7	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4
Almeirão	0,4	1,4	0,8	0,4	0,0	0,1	0,1	0,5
Outras folhas	1,0	1,5	0,7	0,9	0,1	0,3	0,3	0,6
Tomate	8,1	8,9	4,9	4,5	2,9	8,2	5,3	5,4
Chuchu	4,8	2,7	3,5	4,2	1,2	3,7	1,2	2,7
Abóbora	3,7	2,0	4,1	7,5	5,3	2,8	3,0	4,4
Abobrinha	0,9	2,1	1,8	2,3	0,2	1,2	1,5	1,3
Quiabo	1,1	0,5	0,3	1,8	0,3	0,7	0,7	0,7
Pepino	0,4	1,2	1,6	0,5	0,2	0,6	0,7	0,8
Jiló e maxixe	1,0	0,4	0,1	0,9	0,6	0,6	0,7	0,6
Vagem	1,4	1,0	0,6	0,4	0,1	0,7	0,3	0,6
Pimentão	0,7	0,7	0,2	0,2	0,4	0,6	0,4	0,4
Milho verde	0,3	1,4	1,6	2,4	5,0	1,4	3,8	2,8
Feijão corda	0,2	0,2	1,0	1,2	15,9	0,1	0,4	5,2
Outros legumes	0,8	1,4	0,8	0,7	0,1	0,4	0,6	0,6
Cebola	4,4	5,1	3,9	1,5	1,0	3,3	2,5	2,9
Alho	0,8	0,6	0,2	0,7	0,1	0,4	0,3	0,4
Cenoura	2,6	1,0	0,8	0,5	0,3	1,7	0,5	0,8
Beterraba	0,3	0,4	0,5	0,1	0,0	0,6	0,1	0,2
Batata-doce	1,4	0,7	5,6	1,5	6,8	1,6	0,8	3,6
Batata	18,6	15,6	25,4	8,6	1,3	10,4	4,9	11,4
Inhame, carã, etc.	0,9	0,7	0,5	1,8	2,5	0,9	0,5	1,3
Mandioca	2,3	2,4	15,8	4,0	4,3	2,6	5,0	5,8
Outras raízes e bulbos	0,2	0,3	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2
- Frutícolas	39,5	39,4	22,7	26,1	33,1	33,5	30,0	31,9
- Ovos	6,6	6,7	6,3	3,9	2,5	6,0	3,2	4,7

I - Compreende o Estado do Rio de Janeiro.

II - Compreende o Estado de São Paulo.

III - Compreende os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

IV - Compreende os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

V - Compreende os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

VI - Compreende o Distrito Federal.

VII - Compreende os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Goiás, Mato Grosso e os Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima.

VIII - Consumo por Comensal/ano do Brasil calculado segundo a fórmula:
Consumo por Comensal/ano da Região I x População da Região I + ... + Consumo por comensal/ano da Região VII x População da Região VII

População da Região I + ... + População da Região VII

Obs: Os dados referentes à população brasileira foram extraídos da Sinopse Estatística do Brasil - 1977 - FIBGE.

Fonte: Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF/FIBGE.

QUADRO 2. - Tomate Comercializado a Nível de Atacado Segundo Origem e Destino, 1978
(em toneladas)

Origem	Destino											
	AM	PA	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	DF
AM	484,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA	693,2	35,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RO	43,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MA	-	93,2	390,5	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	-	-	24,0	82,9	-	-	-	-	-	-	-	-
CE	-	1.869,1	2.588,1	2.086,9	11.554,7	591,3	0,8	292,0	-	45,5	-	-
RN	-	-	-	-	-	709,6	0,9	-	-	-	-	-
PB	-	138,4	-	-	-	1.629,4	11.466,6	7.724,4	884,7	-	120,7	-
PE	-	-	370,6	20,2	-	473,1	239,6	19.251,5	3.383,4	688,4	779,5	-
AL	-	-	-	-	-	-	-	6,9	35,3	-	-	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	36,7	535,6	164,9	-
BA	-	-	-	0,8	-	-	-	260,1	48,8	931,4	17.635,8	-
DF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.316,8
GO	21,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.856,0
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	-	-	-	-	-	-	-	23,5	-	18,8	2.523,6	-
RJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	149,2	660,2
MG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.472,8	616,7
SP	877,7	6.530,8	64,1	1,1	236,4	303,3	126,9	142,6	880,3	518,1	-	1,9
PR	0,8	206,4	-	-	-	19,0	-	-	-	36,0	-	-
SC	-	10,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	-	95,9	58,3	36,0	12,0	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.120,5	9.080,1	3.495,6	2.230,9	11.803,1	3.725,4	11.834,8	27.701,0	5.269,2	2.773,8	24.846,5	10.451,6
%	0,31	1,34	0,52	0,33	1,75	0,55	1,75	4,10	0,78	0,41	3,68	1,55

Origem	Destino								Total	Participação (em %)	Exportação para outros Estados (%)
	GO	ES	RJ	MG	SP	PR	SC	RS			
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	484,0	0,07	-
PA	-	-	-	-	-	-	-	-	729,7	0,11	0,10
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	43,8	0,01	0,01
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	486,7	0,07	0,01
PI	-	-	-	-	-	-	-	-	106,9	0,02	0,00
CE	-	-	-	-	7,7	-	-	11,4	19.047,5	2,82	1,11
RN	-	-	-	-	-	-	-	-	710,5	0,11	-
PB	-	-	-	-	-	-	-	-	21.964,2	3,25	1,55
PE	-	-	69,8	-	-	-	-	-	25.276,1	3,74	0,89
AL	-	-	-	-	-	-	-	-	42,2	0,01	-
SE	-	-	-	-	-	-	-	-	737,2	0,11	0,03
BA	-	-	-	-	3,7	-	-	-	18.880,6	2,79	0,18
DF	44,3	-	-	-	-	-	-	-	5.361,1	0,79	0,01
GO	14.321,8	-	-	120,5	80,8	17,2	-	-	18.417,3	2,72	0,61
MT	-	-	-	-	-	-	-	-	8,1	-	-
ES	-	17.076,5	5.850,8	103,4	30,6	-	-	-	25.627,2	3,79	1,26
RJ	-	10,3	42.008,4	34,2	295,6	-	-	-	42.348,5	6,26	0,05
MG	37,7	91,9	3.579,9	33.274,3	2.889,2	38,1	-	1,0	40.721,3	6,02	1,10
SP	152,3	-	46.063,1	5.967,6	298.184,2	17.758,2	91,3	17.581,2	399.568,4	59,11	15,00
PR	-	-	9,0	23,6	2.800,4	16.422,2	222,1	41,8	19.847,2	2,94	0,51
SC	-	-	8,6	-	4.152,5	1.620,0	1.941,8	4.790,8	12.560,1	1,86	1,58
RS	-	-	5,2	256,0	1.319,6	315,4	42,6	20.856,7	22.997,7	3,40	0,32
Total	14.555,9	17.178,7	97.594,8	39.779,6	309.769,6	36.173,9	2.297,8	43.282,9	675.965,7	100,00	24,32
%	2,15	2,54	14,44	5,88	45,81	5,35	0,34	6,40	100,00		

Fonte: Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC).

O Estado de São Paulo continua se destacando na comercialização deste produto, registrando-se entradas, na CEAGESP, de um volume aproximado de 45,8% do total comercializado, vindo a seguir o Rio de Janeiro com 14,4%. O Estado de São Paulo foi, ainda, responsável por 59% do comércio interestadual.

A nível regional, a Região Sudeste foi responsável por 70% do volume comercializado, vindo a seguir o Nordeste com 14% e o Sul com 12%.

Os estados que mais importaram foram o Rio de Janeiro, com 8,2% do volume total comercializado, Rio Grande do Sul, com 3,3% e Paraná, com 2,9%. As importações realizadas pelo Rio de Janeiro devem-se ao fato de que sua produção interna não tem conseguido acompanhar o crescimento do consumo; já para os estados do Rio Grande do Sul e Paraná, são conseqüência de não se ter, em alguns meses do ano, produção no próprio estado, sendo São Paulo o maior abastecedor dos mesmos.

Provavelmente as praças que apresentaram maior dependência da produção de outros estados foram as de Manaus, Belém, São Luiz, Teresina, Natal, Maceió e Aracaju, que importaram, no conjunto, aproximadamente 90% de seu consumo.

Normalmente, as praças de Manaus, Belém e Porto Alegre são as que apresentam preços mais elevados. Nas duas primeiras, isto ocorre em razão das distâncias dos centros produtores e das limitações que dificultam o aumento da produção local a preços compensadores. Por sua vez, os preços de Porto Alegre apresentam uma grande oscilação no decorrer do ano, com baixos preços no período de safra, que vai de novembro a março, e uma elevação acentuada nos demais meses, pela quase total dependência das importações de São Paulo.

A participação das cooperativas que comercializam hortaliças é ainda muito pequena no País, sendo essa atividade realizada municipalmente pelos consignatários que ficam nos CEASAS, tendo pequena expressão a venda direta pelos produtores. As cooperativas, em geral, concentram-se nas regiões Sul e Sudeste, onde a presença do imigrante japonês de grande influência na formação das mesmas é mais acentuada.

A produção de tomate com destino industrial aumentou cerca de 100 mil toneladas em 1960, para 250 mil toneladas em 1970, passando para aproximadamente 450 mil toneladas em 1978. Nos últimos anos, esta indústria sofreu uma rápida expansão, tanto com instalação de novas fábricas de grande capacidade, como ampliação de algumas já existentes.

Atualmente, a capacidade industrial brasileira é da ordem de 8.400t/dia de tomate, sendo que 91% concentram-se em São Paulo, 7,2% em Pernambuco e nos demais (Bahia e Rio Grande do Sul), 1,8%.

Aproximadamente, 90% do tomate processado são transformados em extrato e o restante em sucos, molhos e "cat-chup".

A exportação de produtos derivados do tomate é ainda bastante prejudicada por problemas existentes, principalmente no aspecto do fornecimento de matéria-prima para uso industrial: os produtos finais obtidos,

QUADRO 3. - Indicação das Calorias Compradas, Discriminadas por Lugar de Compra para as Áreas Metropolitanas e Distrito Federal (1)

Item	Super-mercado	Feira	Armazenagem	Vendedor ambulante	Estabelecimento especializado
Região I					
Rio de Janeiro	38,17	39,52	17,96	1,66	2,73
Região II					
São Paulo	21,61	60,39	10,72	2,94	4,34
Região III					
Curitiba	35,44	19,24	29,99	10,65	4,63
Porto Alegre	34,53	10,69	31,80	11,74	11,19
Região IV					
Belo Horizonte	19,53	36,47	37,40	3,38	3,18
Região V					
Fortaleza	29,10	40,44	16,67	5,33	8,33
Recife	18,59	65,05	11,21	1,70	3,45
Salvador	38,33	51,77	7,01	1,74	1,16
Região VI					
Distrito Federal	40,58	32,20	18,49	2,98	5,75
Região VII					
Belém	18,74	63,98	9,32	2,23	5,73

(1) Engloba massa de tomate.

Fonte: FIBGE.

em particular o extrato, apresentam baixo padrão de qualidade quando comparado com o de países já tradicionais no ramo, o que prejudica sua cotação no mercado internacional, principalmente o europeu e o norte-americano. Até bem pouco tempo, plantava-se apenas uma variedade determinada à industrialização e ao consumo "in natura", sendo que recentemente foram instalados experimentos, visando-se observar o comportamento de algumas variedades específicas para processamento.

Outros problemas a enfrentar referem-se à deficiência na classificação dos frutos destinados aos processamentos, os quais ultrapassam o limite máximo de impureza exigido por alguns importadores.

À nível de varejo, no Brasil, segundo a citada pesquisa do FIBGE, os equipamentos onde se efetuam compras de hortaliças são, pela ordem de importância: feira livre, supermercado e armazéns.

Este fato também se verifica ao serem consideradas as áreas metropolitanas, com exceção de Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal, onde os supermercados apresentam maior número de vendas do que feiras e armazéns (quadro 3).

A pesquisa realizada em 1971/72 pela FIPE, "Orçamentos familiares na Cidade de São Paulo", estimou a participação percentual dos equipamentos varejistas na frequência de compras de hortaliças em 83% para feiras, 11% para supermercados e 6% para quitandas.

Segundo trabalho realizado em 1978 pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, as feiras respondem por 80% da distribuição varejista de hortaliças.

Pesquisa realizada em 1977 pelo IEA, para a cidade de São Paulo, indicou que, de maneira geral, para estes produtos, nas feiras, os preços são inferiores aos dos supermercados e quitandas, não havendo entre estes dois últimos equipamentos sensível diferença.